

A Era das Guerras e a nova fase do Capital-Imperialismo: Multipolaridade e Crise de Hegemonia Estadunidense.

O duplo fronte de batalha estadunidense explicitou o processo histórico de ascensão meteórica da *pax estadunidense*, forjada a partir da criação do *Sistema ONU* e dos *Acordos de Bretton Woods*. Trata-se do processo histórico de apogeu e declínio do império estadunidense, a partir do qual pode-se observar a transição de um tipo particular de *soft power* para um tipo particular de *hard power*, que insere na agenda política global um tipo particular de relação social complexa e umbilical, estabelecida entre neoliberalismo e neofascismo, de tal forma a forjar métodos político-econômicos e socioculturais de construção de *contrarrevoluções preventivas permanentes em escala global*. Neste novo cenário, o *Sistema OTAN* se sobrepõe ao *Sistema ONU* e adquire centralidade, na medida em que os processos políticos passam a ser decididos pela intimidação bélica e/ou pela força das armas, criando ambiente de corrida armamentista generalizada e escalada de conflitos por procuração, via vassalização e predação de aliados. Tratar-se-ia de cenário de *guerra total e/ou guerra civil*, no qual prevalece a *lógica do inimigo schmittiana*, na medida em que o fenômeno social do etnoidentitarismo movimenta-se a partir da *essencialização do outro interno e/ou externo* a ser exterminado. Em quadratura histórica de globalização, a escalada de conflitos e corrida armamentista movimentam-se e dinamizam-se em escala global, tanto no espaço físico quanto no ciberespaço. Destaca-se a oposição estadunidense, seja à construção dos gasodutos do Báltico, seja as potenciais aproximações diplomáticas e econômicas entre Alemanha e Rússia. Não ao acaso, observa-se a possível participação dos EUA na explosão do Nord Stream I e II, no dia 26 de setembro de 2022. Tratar-se-ia de estratégia de bloqueio a possíveis negociações entre alemães e russos. Os efeitos imediatos das sanções aplicadas pelo G7 e seus aliados contra o petróleo e o gás russo levaram a nova cartografia energética mundial, na medida em que redirecionaram o mercado energético russo para os mercados asiáticos. Observa-se a constituição de novas relações entre as potências petroleiras do Oriente Médio e da Extrema Ásia, com destaque para as relações entre China e Arábia Saudita, bem como entre Irã e Rússia.

Os dois frentes de guerra abertos pelo capital-imperialismo estadunidense e seu subalterno imediato, a União Europeia, colocam na ordem do dia a iminência da terceira guerra mundial, com potencial nuclear catastrófico. Em que pese os frentes apresentarem resultados diferentes, sendo que, por um lado, o Estado Sionista de Israel impõe o poder capital-imperialista estadunidense no Oriente Médio pela via do genocídio étnico do povo palestino; e, por outro, a Federação Russa impõe pesada derrota à OTAN e aos EUA, visto que as tropas ucranianas foram rapidamente derrotadas e as forças armadas russas anexaram os territórios estratégicos. A estratégia adotada pelo capital-imperialismo estadunidense é a de embargar quaisquer perspectivas de negociação e prorrogar ao máximo a guerra, como pode ser observado na

declaração final da 75ª Reunião Anual da OTAN, realizada em Washington, entre os dias 9 e 11 de julho de 2024. A sensação de estarmos às portas de iminente terceira guerra mundial adquire força quando o recém-empossado primeiro-ministro britânico, Sir Keir Starmer, em um de seus pronunciamentos, afirma estar “preparado para usar armas nucleares”. Observa-se que o capital-imperialismo estadunidense avança no campo de preparação para a guerra, a partir do chamado “triângulo de ferro” da OTAN, formado pelos Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha. Tratar-se-ia de forjar a troika responsável pelas guerras eternas, com destaque para a reeleição da beligerante alemã Ursula von der Leyen para mais um mandato na presidência da Comissão Europeia; e pelo novo secretário-geral da OTAN, o ex-primeiro-ministro da Holanda, o belicista Mark Rutte, cuja candidatura foi patrocinada pela *troika*. Em tal cenário, Vladimir Putin tem apostado em uma perspectiva nacionalista, marcada por corrida armamentista, como pode ser observado em seu pronunciamento no dia 1º de março de 2018 frente à Duma, todavia, dirigido à OTAN, à União Europeia e ao capital-imperialismo estadunidense. Em tal discurso, anunciou ao mundo que a Rússia passou a dispor de novo aparato tecnológico-militar, com destaque para: i. produção do míssil balístico RS-28 Sarmat; ii. desenvolvimento de sistema de asas planadoras hipersônicas de velocidade Mach 20 (Avangard); e iii. produção de mísseis cruzadores e aerobalísticos (Kinzhal). Tratar-se-ia de poder tecnológico-militar que redesenharia a esfera das relações internacionais, na medida em que colocaria em xeque o poderio militar estadunidense. Nesse cenário, a guerra híbrida adotada contra a Rússia demonstrou múltiplas fragilidades, na medida em que as sanções e bloqueios econômicos não surtiram os efeitos esperados; e, ao mesmo tempo, a estratégia ocidental levou ao enfraquecimento do dólar, ao redesenho do mercado energético e a potenciais avanços estratégicos dos BRICS, liderados pelo potencial capital-imperialismo chinês.

Observa-se que a partir do redesenho do *movimento reaganomics Make America Great Again* (MAGA), Donald Trump realizou reorientação tática da política externa, a partir de política nacional-chauvinista que integra princípios neoliberais-flexíveis e neofascistas, com o objetivo de romper com a ideologia do multilateralismo e recompor “*pela força e pelo alto*” o poder global do império estadunidense, demarcando-se o colapso e esgotamento tanto do sistema *Breton Woods* quanto do *sistema ONU*. Pode-se dizer que Steve Bannon e Elon Musk representam os princípios neofascistas do nacional-chauvinismo trumpista. Em outros termos, rompe-se a “*política externa de portas abertas, contenção e engajamento*”, forjada no pós-guerra e adota-se política de unilateralismo, materializada objetivamente pela guerra comercial-tecnológica com a China, estendida ao globo terrestre via “*tarifaço*”. Assim sendo, no âmbito da estratégia trata-se de manter a hegemonia civil estadunidense “*pela força e pelo alto*”, enquanto no âmbito da tática impõem-se o internacionalismo unilateral, com particular destaque para o poder exercido pelas oligarquias constituídas em torno das *Big Techs*, em um cenário de imposição dos fundamentos do *capitalismo de vigilância plataformizado*.

Nesse cenário, recoloca-se na ordem do dia os fundamentos da *Doutrina Monroe* e do

Destino Manifesto. Nesse contexto, o controle territorial e político-econômico sobre a América Latina tornou-se central, na medida em que a China se tornou o principal parceiro econômico das principais economias latino-americanas. Importante destacar que o avanço da chamada *Doutrina Monroe* foi anunciada pelo presidente James Monroe (1817-1825), em mensagem ao Congresso, em 2 de dezembro de 1823, resumida sob a insígnia: “*América para os americanos*”, que sintetizava três princípios: i. não criação de novas colônias nas Américas; ii. não intervenção nos assuntos internos dos países americanos; e, iii. não intervenção dos Estados Unidos em conflitos relacionados aos países europeus. A Doutrina afirmava o poder político-econômico, sociocultural e militar dos EUA no continente, de tal forma a se contrapor ao colonialismo europeu. Tratar-se-ia de levar adiante os princípios e fundamentos difundidos por Thomas Jefferson, para quem “*a América teria um Hemisfério para si mesma*”. Na quadratura histórica em questão, a estratégia traçada pelo nascente imperialismo estadunidense era a de dominar e dirigir os Estados nacionais do continente, como forma de forjar correlação de forças na esfera das relações internacionais, opor-se as potências europeias vitoriosas que emergiram do Congresso de Viena (1814-1815) e evitar qualquer processo e perspectiva colonial europeia nas Américas, visto que na medida em que as guerras napoleônicas (1803-1815) se tornaram vitoriosas, Prússia, Áustria e Rússia formavam a Santa Aliança para defender as monarquias absolutistas. Observa-se que a chamada Santa Aliança promoveu incursões militares, para restabelecer o poder dos Bourbons na Espanha e suas respectivas colônias, em um contexto de avanço da independência de países latino-americanos. Assim sendo, a *Doutrina Monroe* opôs-se tanto ao poder constituído no âmbito da Santa Aliança quanto do império britânico, contra os quais os estadunidenses haviam travado uma guerra em 1812.

Deve-se destacar, nesse contexto, a figura de Andrew Jackson (1767-1845), que foi fazendeiro, mercador de escravos e militar estadunidense, tornando-se o sétimo presidente dos EUA (1829-1837) e fez sua carreira militar e política, pela via da suposta representação do “*homem comum*”, a partir do qual defendia-se a unidade nacional. Tratar-se-ia da política estatal que desencadeou a chamada “*Marcha para Oeste*”, a partir da qual forjou-se robusta política de expansão territorial e genocídio dos povos originários. A base ideológica da política em questão encontrava-se na difusão dos fundamentos do chamado “*Manifest Destiny*”. Tratar-se-ia de ideologia colonial-expansionista, difundida após a independência (1776) e que ganhou corpo no século XIX, cuja principal chave de leitura encontrava-se no princípio supostamente civilizatório e missionário que os colonizadores cristãos deveriam realizar em todo continente americano. Destaca-se que o termo era usado pelos Democratas, na década de 1840, para justificar a guerra contra o México. Nesse cenário, ao jornalista John O’Sullivan é creditado a criação do termo, em 1845, por descrever o processo. Somente no final do século XIX, os EUA forjaram o caráter efetivamente imperialista da *Doutrina Monroe* e conduziram política externa expansionista de caráter militarista nas Américas, promovendo intervenções militares na região do Caribe. Tratar-

se-ia da definição de um tipo particular de *mare nostrum* estadunidense.

As primeiras décadas do século XXI vem assistindo a ascensão de China e Rússia, definidos enquanto polos de poder mundial com capacidade de pressão e redesenho das relações internacionais, de tal forma a demarcar a decadência de potências do Atlântico Norte e a ascensão de potências euroasiáticas. Somente a partir de tais fundamentos é que se poderia compreender o chamado Sul Global e, portanto, os rumos da América Latina, na medida em que se constituiu em região disputada, como zona de influência geopolítica. Portanto, observa-se nesse cenário a desestabilização regional e o bloqueio das tímidas experiências de integração sul-americana. Observa-se, na esfera das relações internacionais, um tipo particular de tendência sistêmica multipolar que redesenhou e intensificou as disputas entre Estados Unidos, Rússia e China. Em outros termos, tratar-se-ia de ampliar áreas e zonas de influências, seja a partir de exportação de capitais seja a partir de presença militar. Tratar-se-ia de compreender os fundamentos de tais relações, para produzir algum nível de entendimento e conhecimento acerca dos efeitos desestabilizadores na América Latina, na medida em que desde a *Doutrina Monroe*, os EUA buscaram controlar a região “*pela força e pelo alto*”. Nesse sentido, a nova multipolaridade impôs o redesenho das relações internacionais, colocando em questão a disputa pela periferia capitalista e o bloqueio de quaisquer possibilidades de integração regional autônoma. Em um cenário multipolar marcado pelo controle e expansão de áreas de influências, bem como de corrida armamentista, impõem-se tipos, formas e conteúdos flexíveis de *rebalanceamento de poder*, de tal forma a redefinir as relações *intra* e *entre classes sociais*, bem como as relações fundamentais estabelecidas entre capitalismo, classes sociais e Estado. Nesse cenário, a escalada da conflitividade das relações entre Estados Unidos, Rússia e China impactam diretamente os dois projetos de cooperação e integração regionais: i. Mercado Comum do Sul (Mercosul); e, ii. União das Nações Sul-Americanas (Unasul).

Em que pese a ascensão de potências emergentes, a multipolaridade encontra-se centrada no âmbito das disputas estabelecidas entre China, Europa, EUA e Rússia. O acirramento da competitividade entre tais potências elevam o nível de tensão e risco de conflitos bélicos, com envolvimento direto e/ou indireto das potências capitalistas. A partir de tais elementos é que se pode compreender os fundamentos dos conflitos bélicos na Ucrânia, Gaza e Síria, envolvendo Rússia, EUA e União Europeia. Nesse sentido, compreende-se os acordos estabelecidos entre China e Rússia, por um lado; e, EUA, União Europeia e Japão, por outro. Assim sendo, o acirramento em torno das múltiplas disputas interestatais emerge enquanto tendência predominante no sistema internacional, colocando na ordem do dia a pauta da guerra e a imposição de novos processos de *balanceamento de poder*, tanto em nível regional quanto global. Os fenômenos sociais que demarcam a ascensão de movimentos neofascistas globalmente encontram-se diretamente relacionados aos processos de *balanceamento de poder*. No caso da América Latina, a presença física, político-econômica, sociocultural e militar dos EUA, no

continente, impedem o desenvolvimento de alternativas autônomas de integração e autonomia; e, nesse cenário específico tem levado os EUA a retomar a estratégia de segurança hemisférica.

Importante destacar que a esfera das relações internacionais se manifesta objetivamente a partir de um tipo particular de multipolaridade assimétrica, na e a partir da qual Moscou e Beijing antagonizam Washington, de tal forma que a disputa por áreas e regiões de influências na periferia capitalista, passam a serem definidas pela desestabilização permanente, em alguns casos com a imposição de mudanças de regimes, a depender do nível e intensidade das políticas de *hard* e/ou *soft power*. Nas duas últimas décadas, a China tem adotado política externa de aproximação permanente dos países latino-americanos. Destaca-se que Venezuela, Brasil, Equador, Argentina e Bolívia, desenvolveram relações comerciais com a China que somam 133 bilhões de dólares. No caso venezuelano, a China tornou-se o principal credor do Estado, que não ao acaso possui uma das principais reservas de petróleo do mundo e abundantes reservas de minerais estratégicos. Ao longo das duas últimas décadas, a América do Sul tornou-se parceiro comercial estratégico para os chineses, seja naquilo que diz respeito ao acesso a *commodities* e insumos, seja enquanto mercado consumidor de produtos chineses. Destaca-se, na América do Sul, a questão venezuelana chavista, na medida em que os venezuelanos buscaram estabelecer conjuntos de parcerias e relações tanto com a China quanto com a Rússia. Trata-se de estratégia de política externa voltada a *contrabalancear o poder* que os estadunidenses exercem no continente e particularmente na crise venezuelana, a partir da imposição de múltiplos bloqueios e pressões militares. Destaca-se, no âmbito da relação entre Rússia e Venezuela, a constituição de acordos e investimentos em áreas militares e industriais. Destaca-se ainda a presença crescente dos russos no mercado sul-americano, particularmente, no mercado armamentista. Nesse cenário, os EUA têm retomado a política de segurança hemisférica via reativação da *Quarta Frota do Atlântico Sul*, o robustecimento do *Plano Colômbia* e a adoção de políticas de controle sobre a chamada *Tríplice Fronteira*, supostamente considerada zona de risco terrorista. Tratar-se-ia de adoção de táticas de *guerras híbridas* e desestabilização da região, com destaque para a função social que as *Big Techs* têm assumido nesses processos de adoção de políticas de *hard* e/ou *soft power*, que tem influenciado processos eleitorais e/ou implicado em mudanças de regime. A partir de tais questões, os EUA têm pressionado Colômbia e Brasil a adotarem políticas de alinhamento automático a Washington, particularmente naquilo que diz respeito a crise venezuelana. No caso brasileiro, o Golpe de Estado *soft* conduziu o país a adoção de política externa de alinhamento automático aos EUA, de tal forma a forjar tensões de diversas ordens com o governo venezuelano. Tal processo iniciou-se com Michel Temer, foi aprofundado pelo governo Bolsonaro e continuou no terceiro governo Lula que não reconheceu a legitimidade das eleições venezuelanas e vetou a entrada da Venezuela nos BRICS. No contexto da crise venezuelana, a suposta ajuda humanitária liderada pelos EUA tem servido como mecanismo e instrumento de militarização das fronteiras entre Brasil, Colômbia e Venezuela. Tal processo levou o governo de Nicolas Maduro a decretar

o fechamento de suas fronteiras. A política de segurança hemisférica adotada pelos EUA tem levado a desestabilização da região, marcada pelo avanço de novas ondas de governos que integram princípios neoliberais-flexíveis & neofascistas, de tal forma que a manifestação fenomênica de tal processo tem sido a suposta polarização política, presente no Brasil, Chile, Paraguai, Bolívia, Venezuela, Peru, Equador, Argentina e Colômbia.

O Secretário de Estado dos EUA, Marco Antonio Rubio (1971 –) é um político de origem cubana e foi incumbido de conduzir a política externa estadunidense, com particular destaque para a retomada do controle territorial da América Latina, sendo o método predominante o de abandono das aparentes concessões e a declarada adoção do porrete. Com Marco Rubio não há espaços para cenouras, a política externa é conduzida pela lógica de coação militar e/ou adoção de sanções econômicas. Sob influência de seu conselheiro político, o sul-africano Elon Reeve Musk (1971 –), Trump desmantelou e/ou redesenhou a USAID, suposta agência de ajuda internacional, cujo orçamento chegava a US\$ 40 bilhões, instrumentalizada desde os anos de 1960 para projetar a influência estadunidense pelo planeta, como uma das principais formas de mudança de regimes. Nesse cenário, as forças políticas estadunidenses passam a adotar um tipo particular de *hard power*, a partir do qual as bases militares espalhadas em ao menos 80 países convertem-se em cartas fundamentais, seja para coagir aliados seja para pressionar inimigos. Estima-se que os EUA tenham por volta de 742 bases militares, sendo que 118 estão na Alemanha, 119 no Japão e 44 na Itália.

Uma questão central a ser analisada diz respeito à função social que a OTAN adquiriu no pós-Segunda Guerra Mundial, na medida em que foi forjada como instrumento militar e político de controle da Europa e não necessariamente de proteção, como a ideologia do capital-imperialismo estadunidense difundiu ao longo da história. Objetivamente, quando se pensam as particularidades da suposta questão russo-ucraniana, tratar-se-ia de monitorar e restringir direta e/ou indiretamente a política externa da Alemanha, controlando seu principal fornecimento de energia, como forma de forçar lógicas de desindustrialização sistêmica e generalizada dos elos fortes da União Europeia (Todd, 2024). O capital-imperialismo estadunidense, ao pressionar a Ucrânia a aventurar-se em uma guerra autodestrutiva contra a Rússia, redesenhou indiretamente o mapa energético mundial, na medida em que os russos forjaram uma política externa defensiva que redirecionou sua capacidade de produção energética para os mercados asiáticos, de tal forma a colocar na agenda do dia o estabelecimento de novos vínculos entre as potências do Oriente Médio e a Extrema Ásia, com destaque para as relações estabelecidas entre China, Arábia Saudita, Irã e Rússia.

O Mar Mediterrâneo, caracterizado por ser uma bacia fechada e cercada por vinte Estados, onde “[...] as civilizações se empilharam uma sobre as outras” (Braudel, 1977), é por onde transita um quarto do comércio global, atravessado por tubos e cabos submarinos, servindo como elo de ligação e corredor entre os oceanos Atlântico (Estreito de Gibraltar), Índico e Pacífico

(Canal de Suez e Mar Vermelho) e o Mar Negro (Estreito de Bósforo). Observa-se cenário de intensa corrida armamentista aérea e naval (aeronaves, navios de superfície e submarinos, baterias, escudos antimísseis, drones...), cujos dois fronts de guerra capital-imperialista: Ucrânia e Gaza, aparentemente distantes, colocaram em questão o controle militar deste espaço conturbado, em tempos de potenciais confrontos de alta intensidade. Neste cenário, a Turquia de Erdogan destaca-se por controlar a única entrada/saída do Mar Negro, ao mesmo tempo em que se caracteriza por ser um ponto de passagem fundamental do gás que abastece a Europa. Em que pese fazer parte da OTAN, tem mantido relações diplomáticas com a Rússia, negando-se a aderir às sanções impostas pelos estadunidenses. Observa-se, ainda, que dois terços das exportações chinesas para a Europa passam pelo Mar Mediterrâneo, via Canal de Suez, de tal forma que vem investindo em infraestrutura portuária interconectada ao redor do Mediterrâneo, além de cabos submarinos chineses que atravessam o Mediterrâneo. Assim sendo, o *mar partilhado* vem se transformando em zona de potencial conflito bélico, entre forças regionais e globais que necessitam ter o controle das passagens comerciais garantidas via Mediterrâneo.

A hegemonia civil estadunidense global pode ser compreendida a partir de três variáveis fundamentais: i. política de expansão do complexo industrial-militar, no pós-11 de setembro de 2001, a partir da qual justificou-se e legitimou-se a ideológica guerra ao terror; ii. controle do sistema financeiro internacional, via *Sociedade de Telecomunicações Financeiras Interbancárias Mundiais (SWIFT)*; e iii. política externa fundamentada em processos sistêmicos de expansionismo neocolonial, via OTAN. Destaca-se nesse processo o *Sistema SWIFT*, na medida em que se trata de “cooperativa” internacional criada em Bruxelas em 1973 e apoiada por 239 bancos em 15 países. Objetivamente, trata-se do controle de mais de 111 mil instituições financeiras de mais de 200 países, como forma de controlar e regulamentar o canal de comunicação e padronização das transações financeiras internacionais. *Objetivamente, o capital-imperialismo estadunidense impôs conjuntos de sanções à Rússia, aplicadas via G7 e aliados, com o objetivo de controlar o petróleo e o gás russo.* Para tanto, os estadunidenses utilizaram sua capacidade de controle sobre moedas e finanças internacionais, na medida em que foram instrumentalizadas enquanto esferas e estruturas de poder com capacidade de redesenho do mercado mundial de energia. Frente à guerra híbrida estadunidense e ao confisco autocrático das reservas russas, Putin emitiu decreto obrigando as empresas internacionais a abrirem conta em bancos russos (*Gazprombank*), com pagamento realizado em dólares e euros, todavia, convertido em rublos imediatamente de acordo com as taxas que o Banco Central russo estabelecesse. Tal mecanismo evitou que as reservas russas fossem confiscadas em sua integralidade e, ao mesmo tempo, manteve as moedas internacionais sob o controle russo. A rigor, não se trataria de quebra de contrato, mas de alteração na forma de pagamento. Nesse processo, o rublo valorizou-se e fortaleceu-se como moeda. Uma questão importante a ser destacada diz respeito à questão energética. Os países europeus, particularmente a Alemanha, são dependentes do fornecimento

de gás russo, e os supostos mercados comerciais alternativos, como Qatar, Argélia, Noruega, Turcomenistão e mesmo o gás natural estadunidense, não são suficientes e, ao mesmo tempo, são alternativas economicamente inviáveis. Deve-se destacar que 50% do complexo industrial químico e petroquímico alemão depende do fornecimento de gás russo. Uma das questões atípicas foi o aumento da inflação de mais de 10% na Europa, devido à questão energética. Tal questão tem afetado diretamente as eleições europeias, demarcadas pelo avanço do neofascismo. Objetivamente, a Rússia não tem interesse em destruir, tampouco submeter o Estado nacional da Ucrânia. Todavia, deseja e necessita controlar regiões estratégicas, particularmente as regiões dos Mares de Azov e Negro (Ponto Euxino) e o acesso ao Oceano Atlântico, via Mediterrâneo e Egeu. Por outro lado, a estratégia estadunidense encontra-se no incentivo à prorrogação da guerra. Maquiavel diria que a Europa desaprendeu a fazer diplomacia pragmática ao alinhar-se e submeter-se automaticamente aos interesses estadunidenses, visto que abandonou o projeto de relativa independência e segurança europeia, presentes no longo período autocrático de Angela Dorothea Merkel (2005-2021). Pode-se dizer que a Europa saiu derrotada da guerra, quando avaliadas as perdas impostas às empresas europeias, particularmente alemãs e francesas.

Passaram-se dois anos desde o início da guerra na Ucrânia e duas tendências podem ser observadas: i. os russos venceram a guerra rapidamente, tanto do ponto de vista militar quanto político-econômico; e ii. o capital-imperialismo estadunidense e seus aliados subalternos europeus não irão admitir a derrota e utilizarão influência político-econômica e sociocultural para prorrogar a guerra, sob pesados custos aos povos ucranianos. Destaca-se que a chamada *contraofensiva ucraniana*, liderada pelos EUA, União Europeia e OTAN, propalada ao longo do ano de 2023, demonstrou-se mais uma peça de propaganda e publicidade cômico-trágica do que propriamente capacidade bélica de mudar os rumos da guerra. No cenário em questão, as forças russas avançaram militarmente e conquistaram as cidades de Soledar, Artemovsk e Maryinka, ampliando seu controle territorial. Do ponto de vista militar, tratam-se de trincheiras estrategicamente avançadas, a partir das quais as forças russas podem conquistar os dois principais centros político-econômicos da Ucrânia: Kiev e Odessa. Nesse sentido, a continuidade da guerra colocaria em risco a própria existência do Estado nacional ucraniano.

Objetivamente, a consolidação da *pax estadunidense* exigiu a destruição, reconstrução e controle de Alemanha e Japão, impedindo-os de tornarem-se competidores político-econômicos, socioculturais e militares, na esfera das relações internacionais. O retorno da Europa, como sujeito político autônomo, passa particularmente pela ascensão da Alemanha, no pós-queda Muro de Berlim. No pós-segunda guerra mundial, Alemanha e Japão foram impedidos de desenvolverem quaisquer perspectivas de soberania militar-nuclear. Com a dissolução da URSS, os EUA trataram de controlar “*pela força e pelo alto*” tanto Alemanha quanto Japão, impondo-lhes uma série de políticas-econômicas ortodoxo-recessivas que travou por décadas seus respectivos desenvolvimentos, a exemplo do “convite coercitivo” aos japoneses a frequentarem o famoso

Plaza Hotel. Com a guerra na Ucrânia, a Alemanha foi pressionada a ativar um tipo particular de economia industrial de guerra, demarcando-se os fundamentos da corrida armamentista no continente europeu. Objetivamente, a ideologia de uma ordem internacional fundamentada em regras colapsou, na medida em que se impôs uma ordem internacional multipolar, com a ascensão de China e Rússia; e, portanto, impôs-se a mudança de poder global do Atlântico Norte para Eurásia. Nesse cenário, a Rússia deslocou sua política externa do oeste para leste, aproximando-se de China e dos países que constituem os BRICS. Portanto, a suposta ameaça expansionista russa propalada ideologicamente pelos europeus sequer dialoga com a *realpolitik* e o pivô russo para leste. Assim sendo, as medidas adotadas por Trump transferiu os custos do prolongamento da guerra à União Europeia que necessitará de empréstimos para (re)militarizar a OTAN, visto que a guerra de atrito adotada pela Rússia avançou na conquista de territórios e desmilitarizou a OTAN na região. Importante destacar que existe uma questão étnico-racial, no âmbito da legitimação da guerra, na medida em que os russos são considerados pelos europeus como os “negros do gelo”.

Nos novos paradigmas das *cadeias globais de produção e circulação* e do avanço do *capitalismo de vigilância plataformizado*, a moeda sistêmica-global (dólar) passou a ser utilizada como arma de guerra, de tal forma a permitir ao centro capitalista adotar medidas de “bloqueio relativo” para isolar determinado território, tanto político-econômico quanto sociocultural, sem precisar adotar ações militares diretas. Objetivamente, trata-se da capacidade de controle sobre a chamada *globalização*, bloqueando-a geograficamente quando necessário. A dinâmica e a expansão do capitalismo financeiro manifestam-se sob a forma e o conteúdo do dólar, de tal forma que a chamada globalização atribuiu aos Estados Unidos da América o poder de controle relativo sobre as instituições financeiras, seja pelo alto nível de controle de dados (transações financeiras de diversas ordens) que o governo estadunidense passou a ter acesso (colocando em risco a confiança de grandes corporações que operam no sistema financeiro), seja pelo alto nível de dependência do sistema financeiro estadunidense. Isso atribuiu aos EUA a capacidade de criar e impor regras ao sistema financeiro mundial. O sistema monetário internacional tornou-se dependente e foi subordinado ao sistema financeiro estadunidense. Um exemplo explicitado pela questão ucraniana encontra-se no fato de a Suíça ter adotado e imposto aos russos, a partir de suas instituições financeiras, sanções e confisco de contas de diversas ordens. Tais medidas não foram adotadas pelos suíços nem contra os nazistas ou chamados terroristas e narcotraficantes. Assim sendo, o sistema dólar, em última instância, é juridicamente regulado pelos EUA, de tal forma que, no pós-11 de setembro, dados que antes eram sigilosos e estavam sob a guarda das corporações financeiras passaram a ser acessados pelo governo estadunidense, a partir dos mecanismos de controle da *National Security Act of 1947* e do *Patriot Act of 2001*. O primeiro sob o pretexto de combater a ameaça comunista e o segundo sob o pretexto de combater a ameaça terrorista e, posteriormente, o narcotráfico. Assim, unilateralmente, os EUA passaram a ter o

poder de definir *quem* são os terroristas e/ou narcotraficantes e *como* combatê-los, como demonstram as experiências de estrangulamento financeiro que envolveram Cuba, Coreia do Norte, Irã e Venezuela. Não ao acaso, os BRICS passaram a ser combatidos exatamente porque colocavam a possibilidade de construção de sistema financeiro alternativo ao estadunidense. De maneira direta, o controle externo da moeda local, a partir do dólar, desestabiliza a economia e desorganiza os mercados internos, obrigando os países que sofrem as chamadas sanções a adotarem instrumentos de economia de guerra. Ou seja, há um impacto na estruturação e organização do poder do Estado nacional atingido, bem como na posição que ocupa no âmbito das relações internacionais. Objetivamente, o capital-imperialismo cria crises do Estado nacional, obrigando recomposição das *frações da classe dominante*. Em outros termos, fabricam *crise de hegemonia*, de tal forma a redesenhar o poder, tanto interna quanto externamente. No cenário em questão, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Unesco adotaram posições políticas e expulsaram a Rússia, abandonando seus objetivos e finalidades primordiais: cooperação entre povos. Ao mesmo tempo, a FIFA expulsou os russos da Copa do Mundo.

A Comissão que Administra a União Europeia observou que se encontra em curso o declínio político-econômico e sociocultural da Europa, como demonstrou Mario Draghi, autor do Relatório sobre competitividade da União Europeia (*The Future of European Competitiveness*) que destaca o desafio de avançar no campo da inovação e tecnologia, aproveitar as oportunidades surgidas dos processos globais de descarbonização e proteger as cadeias de suprimentos de dependências geopolíticas. Tratar-se-ia de substituir as políticas draconianas neoliberais-flexíveis impostas pelos EUA, por políticas keynesianas estruturais. Coloca-se em questão a elaboração de plano estratégico ambicioso similar ao Plano Marshal, para enfrentar a crise e decadência europeia. Do ponto de vista econômico, a zona do euro encontra-se em vertiginosa decadência, quando observado a participação econômica mundial, com impacto e perda de competitividade e aumento das políticas de austeridade. A projeção de crescimento econômico do PIB da Europa é de 0,9% em 2024, 1,5% em 2025 e 1,8% em 2026. Sem as reformas estruturais, estima-se que nenhuma das economias europeias estará entre as dez maiores em 2050. Nesse contexto, os processos alemão e francês são centrais, na medida em que são o epicentro do poder político-econômico e sociocultural da União Europeia, todavia, enfrentam instabilidade política interna e crise econômica profunda, de tal forma a impactar a capacidade de liderança e autonomia acerca da política externa do bloco, particularmente naquilo que diz respeito a guerra na Ucrânia. Salienta-se, ainda, as decisões políticas de Donald Trump que ameaça impor tarifas as indústrias europeias, o que levaria a escalada da guerra comercial. Em um cenário global multipolar, a crise europeia imporia reformas estruturais, voltadas a reconfiguração do sistema de energia, reorganização da indústria tecnológica, ampliação da capacidade militar e redesenho da relação com Rússia e China, o que implicaria romper com a política externa de alinhamento automática e submissão aos EUA.

Importante destacar que Zelensky foi eleito em 2019 e seu mandato oficial terminou em 2024. Frente a guerra, as eleições foram suspensas e Zelensky continuou no poder, sem fundamentos legais e sem legitimidade. Fato que lhe rendeu a crítica proferida por Donald Trump, ao defini-lo como “ditador sem eleições que precisa agir rápido ou não terá mais um país”. Após a vitória eleitoral de Trump, o presidente estadunidense passou a pressionar o governo ucraniano a conceder o direito a exploração de minerais de terras raras (grupo de dezessete elementos usados para produzir equipamentos militares, turbinas e bens eletrônicos), visando a restituição do valor equivalente a US\$ 500 bilhões, supostamente gastos com o financiamento da guerra. Estima-se que as terras raras estejam localizadas no sul do chamado escudo cristalino, sob o mar de Azov. Todavia, parte considerável do território foi ocupado pela Rússia. Frente a pressão, Zelensky concordou em conceder aos EUA o direito de explorar comercialmente os depósitos de minérios ucraniano (grafite, titânio, lítio), como compensação ao apoio militar e financeiro que os EUA deram a Ucrânia, ao longo de três anos de guerra. Não ao acaso, o cessar-fogo passa pela negociação entre EUA e Rússia, sem a presença ucraniana e europeia. Tratar-se-ia dos fundamentos e princípios do neocolonialismo do século XXI.

No campo das relações internacionais, a guerra na Ucrânia desconstruiu a imagem de que as forças da OTAN seriam invencíveis. Eis a dificuldade do capital-imperialismo estadunidense e seus subalternos imediatos europeus em reconhecerem a derrota. Se, do ponto de vista político, a existência da OTAN passou a ser duramente questionada, pós-Queda do Muro de Berlim e dissolução da URSS, o reconhecimento da derrota colocaria em questão sua existência militar, como suposta força guardiã e propulsora dos interesses do capital-imperialismo. A resistência russa, articulada a partir de seu Estado nacional e de seus recursos político-econômicos, socioculturais e militares, abriu nova era no campo das relações internacionais, como possibilidade de questionamento do unilateralismo e constituição de multipolaridade efetiva. Assim sendo, a guerra na Ucrânia abriu cenário de desestabilização em diversas partes do planeta, como forma de intensificação de controle de regiões via neocolonialismo. Na América Latina, a desestabilização ocorre em seus principais países: Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru, Venezuela..., em diferentes níveis, com diferentes formas e conteúdos. Assim como, pode-se observar conflitos emergentes na chamada África Negra e no Oriente Médio, com particular destaque para a política neocolonial-genocida de Benjamin "Bibi" Netanyahu (1949 –), na Faixa de Gaza (BBC Brasil, 2024), a partir da qual milhares de palestinos estão sendo brutalmente assassinados, via política externa de limpeza étnica na região.

Destaca-se que, em março de 2022, EUA e Inglaterra intervieram e vetaram as negociações de paz entre Ucrânia e Rússia, que estavam em curso na cidade de Istambul e com potencial assinatura de Tratado de Paz. O capital-imperialismo estadunidense e seus subalternos imediatos europeus apostavam na supremacia militar da OTAN e, ao mesmo tempo, em sua capacidade de controlar política, econômica e socioculturalmente o sistema financeiro

internacional, adotando sanções político-econômicas de diversas ordens. O objetivo era fabricar crise política e econômica profunda no âmbito da Federação Russa, como forma de vencer a guerra, submeter os russos e avançar as trincheiras militares em relação ao potencial capital-imperialismo chinês na região. Com a exclusão da economia russa do sistema de pagamentos internacionais (SWIFT), as projeções do capital-imperialismo estadunidense e de seus subalternos imediatos europeus eram de que as ofensivas militares russas em território ucraniano cessassem; e que o PIB da Federação Russa fosse deteriorado e caísse em um terço em 2022, e que a inflação alcançasse a casa dos 50%, com impacto direto na desvalorização da moeda russa, com projeções em torno de 100%. Destaca-se que, nesse cenário, o mecanismo de pagamentos internacionais *SWIFT*, controlado pelos EUA, vem sendo substituído pelo sistema de pagamentos internacionais *CIPS* (*Cross-Border Interbank Payment System*), controlado pela China. Trata-se de fabricar crise profunda que leve à revolta popular, à derrubada do governo e à fragmentação étnica da Federação Russa. Faltou combinar com os russos, diria o ditado popular! A mesma estratégia utilizada na antiga Iugoslávia, fragmentando etnicamente a região e levando à morte de mais de 300 mil pessoas. Todavia, em que pese os efeitos imediatos na economia russa em 2022, no ano seguinte, com as ações adotadas pelo governo Putin, o PIB cresceu 3,5%, a taxa de desemprego caiu para 2,9%, com aumento salarial de 8% e avanço de processos de industrialização de 9,4%. A indústria russa havia sido dilacerada pela lógica neoliberal e neocolonial do capital-imperialismo estadunidense e seus subalternos imediatos europeus na região. A Rússia do pós-guerra colocasse no cenário internacional por meio do fortalecimento do Estado, com robustos processos avançados de industrialização (política de *substituição de importações*), constituição de pujante mercado interno e de sistema financeiro autônomo, por meio da criação do Sistema Nacional de Pagamentos de Cartões (SNPC) e do Sistema de Mensagens Financeiras da Rússia (SPFS), além do redirecionamento de seu comércio exterior para os BRICS+. Eis o exemplo que preocupa o capital-imperialismo estadunidense e seus subalternos imediatos europeus, em cenário de crise estrutural do capital, fragilização do direito internacional e implosão da *pax estadunidense*.

Destaca-se que, em dois anos, o uso do dólar nas transações externas da Rússia caiu de 87%, em 2021, para 24% em 2023. Trata-se de reposicionamento estratégico do Estado nacional russo, tanto na região quanto nas relações internacionais globais, visto que fortaleceu o Estado nacional e, ao mesmo tempo, aprofundou o processo de aproximação com China e Índia (construção do Corredor Internacional de Transporte Norte-Sul, unindo São Petersburgo a Mumbai, passando pelo Azerbaijão e Irã). Por outro lado, observa-se na União Europeia processo prolongado de recessão, aumento da inflação, revolta popular e avanço eleitoral neofascista. Esses são ingredientes com potencial de desagregação da União Europeia, como demonstrou o BREXIT. Além disso, os BRICS, inicialmente constituído por cinco países: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, a partir da Reunião de Joanesburgo, ocorrida entre 22 e 24 de agosto de 2023, avançou para a concepção de BRICS-11 (Prazeres, 2023), incluindo: Argentina, Egito,

Etiópia, Irã, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos. Objetivamente, os “BRICS 11” representariam grande parcela dos recursos naturais do mundo, como 72% dos minerais de terras raras e 42% do petróleo, conforme aponta o Relatório do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais. Todavia, com a vitória de Javier Gerardo Milei (1970 –), a Argentina submeteu-se e alinou-se automaticamente aos interesses da política externa estadunidense, de tal forma que se retirou dos BRICS. Destaca-se, nesse cenário, o veto do Brasil, sob o governo Lula, à adesão da Venezuela como membro-associado aos BRICS, na reunião de Kazan. Neste novo cenário, o G7, criado pelo presidente Giscard d’Estaing (1974-1981), passou a expressar claramente seu caráter censitário, plutocrático e neocolonial, de tal forma que perdeu legitimidade e espaços para fóruns generalistas como os BRICS+. Assim sendo, emerge a abstração generalista do chamado Sul Global: espécie de ornitorrinco político-econômico e sociocultural, sem programa e sem clareza de ação.

Pode-se dizer que os BRICS representam a materialização objetiva dos processos de multipolaridade abertos no século XXI. Tratar-se-ia de tentativa de organizar, administrar e coordenar as experiências dos principais Estados nacionais periféricos, particularmente China e Rússia, em um contexto de predominância do rentismo-fincismo global que levou a erosão e colapso dos sistemas *Breton Woods* e ONU. Nesse contexto, a expressão Sul Global emerge enquanto abstração repleta de indeterminações, na medida em que os BRICS são marcados por heterogeneidades, tensões e contradições de diversas ordens. Tratar-se-ia, portanto, de analisar os projetos de desenvolvimento dos Estados nacionais particulares e como se interligariam aos BRICS, tanto no que diz respeito a atuação no sistema *Breton Woods* quanto a tentativa de construção da nova institucionalidade global, particularmente, com a criação do Banco de Desenvolvimento que opera dentro do sistema dólar. Os grupos sociais mais avançados dos BRICS visam articular projeto alternativo à hegemonia civil estadunidense, particularmente no que diz respeito ao uso do dólar como arma de guerra. Portanto, tais grupos se propõem a articular instrumentos político-econômicos alternativos às instituições estadunidenses que impuseram a hegemonia do dólar. Trata-se, portanto, de avanço de novas instituições capazes de apresentar alternativa ao dólar, em curto e médio prazo; e, ao mesmo tempo, avançar para a desdolarização da economia global, em longo prazo. A versão mais avançada dos BRICS, liderada pelo potencial capital-imperialismo chinês, em termos de democratização, não se trata de alternativa ao capital, mas de uma alternativa do capital.

Referência

SILVA, Marcelo Lira. Para além da crítica à teoria da modernidade inacabada: a era das contrarrevoluções preventivas permanentes. – 1ªed. – Curitiba, Appris, 2025.

Goiânia, 13 de julho de 2025.

Prof. Dr. Marcelo Lira Silva (Filiado ao Sintef-Go)